

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	29
-----------------	----

Capítulo 1

A TRIPARTIÇÃO DOS PODERES NO CENÁRIO BRASILEIRO	35
1.1 Origem e desenvolvimento	35
1.2 A separação dos poderes no cenário brasileiro: do império à redemocratização em 1988.....	38
1.2.1 A dinâmica dos poderes na Constituição Federal de 1988: suas funções e o sistema de freios e contrapesos (<i>check and balances</i>).....	40
1.2.1.1 Poder Executivo	41
1.2.1.2 Poder Legislativo	44
1.2.1.3 Poder Judiciário.....	47
1.3 A relação do Poder Judiciário com os demais poderes: do ativismo à auto-contenção.....	50
1.3.1 A judicialização das políticas públicas	51
1.3.2 As medidas provisórias.....	53
1.3.3 Os atos <i>interna corporis</i> e as omissões inconstitucionais do Poder Legislativo.....	55
1.3.4 Os atos administrativos	58
1.4 As reações às decisões do Poder Judiciário: o efeito <i>backlash</i>	63

Capítulo 2

O SISTEMA DE PRECEDENTES JUDICIAIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: EVOLUÇÃO E ELEMENTOS ESTRUTURANTES	69
2.1 Elementos estruturantes.....	72

2.1.1	A <i>ratio decidendi</i> e as questões <i>obiter dicta</i>	73
2.1.2	O procedimento de distinção (<i>distinguishing</i>)	81
2.1.3	A superação dos precedentes	86
2.2	O <i>civil law</i> brasileiro e a relação com os precedentes no direito processual civil	93
2.2.1	Uma biografia dos precedentes no direito brasileiro	93
2.2.2	O Código de Processo Civil de 1973 e o fortalecimento dos precedentes	98
2.2.3	O Código de Processo Civil de 2015 e os precedentes vinculantes ...	103
2.2.3.1	A uniformização da jurisprudência e os deveres dos Tribunais	105

Capítulo 3

FUNDAMENTOS NORMATIVOS E INSTITUCIONAIS DA VINCULAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AOS PRECEDENTES JUDICIAIS		113
3.1	Fundamentos jurídico-normativos da vinculação administrativa aos precedentes judiciais	113
3.1.1	A legalidade administrativa e o princípio da juridicidade	114
3.1.2	O exercício do controle interno e o poder-dever de autotutela	119
3.1.3	A segurança jurídica sob o prisma da proteção da confiança	124
3.1.4	A eficiência administrativa e a busca pela governança	131
3.1.5	A jurisprudência como fonte normativa do direito administrativo....	137
3.2	Fundamentos institucionais da vinculação administrativa aos precedentes judiciais	141
3.2.1	A Administração Pública como litigante habitual (<i>repeat player</i>)	141
3.2.1.1	As execuções fiscais	143
3.2.1.2	A judicialização da saúde	147
3.2.1.3	As demandas previdenciárias	151
3.2.2	Análise econômica e institucional do respeito aos precedentes	153
3.2.3	A advocacia pública como ferramenta de adequação	157
3.3	A necessidade de uma teoria da vinculação administrativa aos precedentes judiciais	160

Capítulo 4

PRECEDENTES JUDICIAIS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: GRAUS DE NORMATIVIDADE E DEVERES DE CONFORMAÇÃO DECISÓRIA	163
4.1 Vinculação forte e a obrigatoriedade de conformação	166
4.1.1 As decisões proferidas em sede de controle concentrado de constitu- cionalidade.....	167
4.1.2 Recursos extraordinário e especiais repetitivos	176
4.1.3 As decisões proferidas em incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR)	187
4.1.4 As decisões proferidas em incidente de assunção de competência (IAC)	195
4.1.5 As súmulas vinculantes.....	198
4.2 Vinculação média e o dever qualificado de conformação	204
4.2.1 A orientação do plenário ou do órgão especial	206
4.2.2 A jurisprudência dos tribunais	210
4.3 Vinculação fraca: os precedentes persuasivos e o dever de consideração.....	214
4.4 A reclamação constitucional como instrumento de controle.....	217
CONCLUSÃO	225
REFERÊNCIAS	231